



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-11 – Informação e Saúde

REA EM BIBLIOTECAS DE CIÊNCIAS DA SAÚDE: USO, GERENCIAMENTO E DISSEMINAÇÃO

OER IN HEALTH SCIENCE LIBRARIES: USE, MANAGEMENT AND DISSEMINATION

Dayanne da Silva Prudencio - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
Lyvia Rocha de Jesus Araujo - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A pesquisa apresenta como as bibliotecas da área da saúde produzem, gerenciam, armazenam e difundem o uso de REAs em suas instituições. Os resultados apontam a existência de dúvidas sobre o formato de distribuição de REA por parte dos bibliotecários e a baixa quantidade de catálogos que os categoriza adequadamente. Conclui que há necessidade de compartilhamento de conhecimentos que auxiliem os bibliotecários no reconhecimento de REA. Recomenda-se a investigação das práticas utilizadas por bibliotecários em seu tratamento, para verificar a eficácia das iniciativas vigentes. Sugere boas práticas para a produção, tratamento, uso e disseminação de REA nas bibliotecas.

Palavras-Chave: recursos educacionais abertos; bibliotecas universitárias; biblioteca de saúde; atuação do bibliotecário.

Abstract: The research presents how health science libraries produce, manage, store and disseminate the use of OERs in their institutions. The results indicate that some librarians still have doubts about the distribution format of OER and low is the number of catalogs that properly categorize them. It concludes that there is a need to share knowledge to help librarians in recognizing OER. It recommends investigating the practices used by librarians for the treatment of OER to verify the effectiveness of current initiatives. It suggests best practices for the production, treatment, use and dissemination of OER in libraries.

Keywords: open educational resources. university libraries. librarian role.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) propiciou a ressignificação da transmissão do conhecimento, desafiando os moldes tradicionais da educação. Neste contexto, a lousa, o quadro e os livros – recursos educacionais nativos do ambiente educacional analógico - passaram a disputar espaço com *tablets*, celulares, leitores

de livros digitais, e outros recursos com ampla capacidade de armazenamento, ferramentas variadas e conteúdos personalizados – nativos do ambiente digital emergente.

Para além da alteração de suporte, as últimas duas décadas operaram uma significativa alteração de aplicação e entendimento sobre a produção e utilização de recursos didáticos para fins educacionais. Nesta perspectiva, emergem os recursos educacionais abertos (REA),

materiais de ensino, aprendizagem e investigação em quaisquer suportes, digitais ou outros, que se situem no domínio público ou que tenham sido divulgados sob licença aberta que permite acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros, mediante nenhuma restrição ou poucas restrições. (UNESCO, 2012, online).

Embora o surgimento do termo REA tenha ocorrido nos anos 2000, desde o início da década de 1990 verifica-se uma série de iniciativas envolvendo a aplicação das TICs no âmbito educacional. À exemplo tem-se a criação do conceito “*Learning Objects*” por Wayne Hodgins em 1994. O termo traduzido para o português como “Objetos de Aprendizagem” representa os materiais de apoio às práticas de ensino que fazem o uso integrado das TICs em sua ação didática (AMIEL; OREY; WEST, 2010).

Já em 1998, David Wiley cunhou o termo “*Open Content*” ou “Conteúdo Aberto”, uma significativa diretriz para a utilização de TICs no âmbito educacional, que propunha o desenvolvimento da “*Open Publication License*”, licença específica para criação, validação, reprodução e compartilhamento de conteúdos criados e/ou disponibilizados em acesso aberto e gratuito na internet (BLISS; SMITH, 2017). Em 2001, Lawrence Lessig fundou a *Creative Commons* (CC), organização pensada para a concessão de licenças para uso legal de materiais em acesso aberto, especialmente os educacionais (AMIEL; OREY; WEST, 2010).

A *Creative Commons* buscou estruturar diferentes modelos de licenciamento, que poderiam ser combinados e aplicados de acordo com as necessidades dos desenvolvedores de conteúdo, conferindo-lhes a credibilidade e segurança de que precisavam para permitir o compartilhamento, uso e reuso de seu trabalho e com pleno atendimento aos princípios legais e com a garantia de autoria e escolha da extensão e permissividade da obra.

Após serem apresentados oficialmente, os REA foram estabelecidos como parte essencial do Movimento de Educação Aberta, cuja gênese é o livre acesso a oportunidades de aprendizagem, em que, diferentes áreas do conhecimento e instituições desenvolvem ferramentas, recursos e iniciativas para a promoção da educação. (SANTANA; ROSSINI; DE LUCA PRETTO, 2012).

Esse movimento contou com o desenvolvimento de diversos projetos criados para fortalecer a disseminação do ensino de qualidade, gratuito em todos os níveis de formação. No caso do ensino superior, destaca-se, por exemplo, a criação das Universidades Abertas, que além de fornecerem formações em nível superior gratuitamente com certificação dada pelas universidades públicas nacionais, inovaram na flexibilidade curricular e transposição didática.

No âmbito internacional, em 2008 foi lançada a Declaração da Educação Aberta de *Cape Town*¹, convidando os governantes mundiais e publicitários a disponibilizarem materiais educacionais gratuitamente na internet. Incentivando, igualmente, o desenvolvimento de jogos, *webinars*, tutoriais, apresentações entre outros materiais não tradicionais em prol da educação. A partir disso, ficou cada vez mais claro que o conteúdo dos recursos em si passou a ser considerado como característica abrangente, e não mais essencial em sua conceituação. Desse modo, o elemento determinante para classificar um material como REA se torna sua infraestrutura, formato, nível de interoperabilidade, permissividade e os meios utilizados para sua disseminação, acesso e aplicação dentro dos mais variados contextos.

Santana, Rossini e De Luca Pretto (2012), apontam ainda que as práticas e iniciativas do movimento pela Educação Aberta têm sido capitaneadas por educadores e outros profissionais da área de educação. Contudo, Kleymeer, Kleinman e Hanss (2010) sugerem que as bibliotecas e, conseqüentemente, os bibliotecários podem ser considerados os primeiros produtores de REA. Isso porque, desde antes da popularização da Internet, estes profissionais já desenvolviam práticas de reprografia de materiais, visando compartilhar os recursos disponíveis ao maior número de usuários possíveis.

Assim sendo, de maneira específica, esta pesquisa pretende debater como as bibliotecas, especificamente as que atendem aos cursos superiores das áreas de saúde no Brasil, produzem, gerenciam, armazenam e difundem o uso de REAs em suas instituições.

2 REA NAS BIBLIOTECAS

Apesar de ter seu valor e importância no modelo de educação global aberto e sem fins comerciais já reconhecidos no início da década de 2000, foi apenas no final desta década, que cresceu a adesão das instituições de ensino superior ao modelo de ensino à distância e em

¹<https://www.capetowndeclaration.org/translations/portuguesetranslation#:~:text=Abrindo%20a%20promessa%20de%20Recursos,e%20livres%20para%20todos%20usarem.>

consequência, as bibliotecas, físicas e digitais, passaram a visualizar novas oportunidades e viram-se orientadas a criar, adaptar e utilizar recursos educacionais em seu benefício (KLEYMEER; KLEINMAN; HANSS, 2010).

Neste contexto, no primeiro congresso mundial de REA ocorreu um painel orientado às ações das bibliotecas e de seus profissionais no âmbito do desenvolvimento desses recursos. Entre as ações deste painel, destacam-se as ações instrucionais em programas de competência em informação com utilização de REA.

Essa orientação também foi confirmada na Conferência Global de Educação Aberta de 2018, onde foi acrescentada a perspectiva das contribuições dos bibliotecários às políticas de direitos autorais e o reuso de materiais. Neste sentido, indagou-se que práticas de competência informacional poderiam contribuir para uma cultura de usuários mais conscientes sobre questões de licenciamento, autoria e custo relacionadas a esses recursos.

Em 2015 a *Association of College and Research Libraries* - ACRL adotou uma estrutura padronizada para a aplicação de competência informacional nas bibliotecas universitárias, baseada em seis blocos alinhados entre si, cada um abordando parâmetros e para a disposição de conhecimentos, que poderiam ser aplicados nos programas vigentes de cada instituição: 1- a autoridade é contextual e deve ser construída; 2- a criação de informações é um processo; 3- a informação tem valor; 4- a pesquisa pode gerar inquérito; 5- o conhecimento é um diálogo; 6- a pesquisa é uma exploração estratégica (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2015).

Nesta linha, verifica-se a potencialidade da utilização dos REA nas práticas de competência informacional e programas instrucionais das bibliotecas. Ao mesmo tempo, compreende-se que os REA também podem ser vistos como uma ferramenta em prol da democratização do acesso e instrução informacional em modelo aberto aos estudantes.

Na visão de Börjesson e Forsberg (2008) os REA podem, desta maneira, oferecer oportunidades de ensino a distância para complementar e talvez até substituir particularmente os elementos mais instrucionais do ensino das bibliotecas. Especialmente, no cenário brasileiro, onde é sabido que os recursos humanos e financeiros são limitados e escassos, essa medida incide sobre os princípios da economicidade e facilita a divulgação das ações da biblioteca universitária. Especialmente, na área da saúde, onde sabidamente os recursos informacionais são de custo elevado, usar REAs é uma estratégia eficiente e eficaz.

2.1 REA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO, RECURSO E SUA CLASSIFICAÇÃO

Segundo o *Glossary of Library & Information Science Online* (2019), o termo fonte de informação vem associado a recurso informacional e neste sentido observa-se ênfase na materialidade do objeto, ou seja, uma manifestação ou item encontrado em formato físico (livros, CDs, mapas, panfletos, relatórios, jornais, microfimes, etc.) ou digital (Websites, blogs, arquivos virtuais, softwares e recursos virtuais), alocados, ou não, em uma biblioteca, base ou coleção específica. O Glossário ainda esclarece que a adoção de “recurso” como verbete de abertura para a definição adotada se dá devido às práticas de representação descritiva e a adoção do *RDA - Resource Description and Access* na maioria dos textos modernos de catalogação, que têm substituído o velho conceito de fonte pela ideia de “recurso” ou “recursos” de informação.

A partir disso, podemos compreender que os REA, por definição, carregam inúmeras características que podem conferi-los a função ou representação de recurso informacional, isto é, em última análise trata-se de uma fonte de informação.

Essa perspectiva de classificação dos REA embora adequada, não esgota as características descritivas e temáticas destes recursos e em conseqüente pouco contribui nos processos de seleção e organização destes recursos. Nessa linha, George Stachokas (2012) criou o SPECC, um método para auxiliar a tomada de decisão quanto à disponibilização e o acesso a recursos eletrônicos específicos que pudessem ser adequadamente gerenciados pela equipe de uma biblioteca ou unidade de informação e facilmente acessados por seus usuários.

O trabalho de Stachokas (2012) estabelece critérios de seleção, organização e inserção em coleções específicas. A sigla SPECC é usada para definir os cinco critérios básicos de inclusão que norteiam o sistema, traduzidos como Conhecimento, Persistência, Entidade, Compatibilidade, e Conveniência, respectivamente.

Dentre as tecnologias que podem aperfeiçoar esse processo e tornar mais intuitivo o trabalho de bibliotecas que possuem contingente limitado de funcionários e um grande volume de REA e outros recursos eletrônicos para organizar, há uma citada por Stachokas (2012) que aplica valores quantitativos aos critérios usados em seu esquema, o "*Free Electronic Resource Classification Rating*" de Paul Asay (2011), que converte as classificações qualitativas em uma escala numérica de 0 a 100, e facilita ao gestor a visualização estatística do material que é potencialmente mais acessível e mantido pela biblioteca.

2.2 ARMAZENAMENTO DE RECURSOS EDUCACIONAIS EM REPOSITÓRIOS

Mustaro *et al.* (2007) descrevem os Repositórios de Objetos de Aprendizagem como catálogos digitais para fins de recuperação destes objetos. Já os Repositórios de Recursos Educacionais são compreendidos como sistemas de informação que concebem o aproveitamento e a reutilização de objetos educacionais e são implementados a partir de ferramentas específicas que permitem controlar a produção, divulgação e acesso a essas publicações (AFONSO *et al.*, 2011).

Nesta linha, Tarouco; Rodrigues e Schmitt (2013) concluem que cabe a esses repositórios, não só o armazenamento e disponibilização desses recursos de aprendizagem, como também o controle de suas versões e publicações, a possibilidade de busca e recuperação através de suas características, o controle de acesso aos materiais armazenados e sua avaliação de tempos em tempos.

A criação de repositórios voltados exclusivamente para coleções de recursos educacionais digitais ganhou visibilidade considerável em estudos sobre ferramentas de apoio à educação aberta, e nos últimos dez anos foram surgindo propostas de modelagem de sistema para modelos de repositórios e ambientes de aprendizagem cada vez mais livres (DRUZIANI; KERN; CATAPAN, 2012).

Em escala internacional já se encontram grandes repositórios centralizados ou distribuídos de recursos educacionais completamente livres de taxas ou restrições de acesso. Dentre os mais conhecidos e recomendados pela grande variedade de conteúdo e confiabilidade governamental e/ou institucional, pode-se citar: o *Educational Network Australia (Edna)*; o *European Knowledge Pool System (ARIADNE)*, da União Européia e o *Jorum*, para educação superior e continuada, no Reino Unido (DRUZIANI; KERN; CATAPAN, 2012).

No âmbito das bibliotecas de Ciências da Saúde, os REA podem atender as necessidades de formação dos estudantes e residentes e promover qualificação aos docentes. Nesta linha, é necessário indicar a existência do Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (ARES), o repositório educacional oficial do Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS). Lá estão depositados recursos elaborados por uma rede de 36 instituições de ensino superior que oferecem cursos à distância na área de saúde. Suas ações envolvem desde programas de qualificação de curta duração à especialização *lato sensu*.

Outra iniciativa é o Repositório REA Biblio Saúde² que integrou a tese de doutoramento de Prudencio (2019) e que reúne mais de 100 recursos indexados sobre formação continuada para bibliotecários de Ciências da Saúde.

Cumprе informar que, no Brasil, as iniciativas de REA envolvendo a participação de bibliotecários ainda são incipientes. Nesta linha, releva-se que os bibliotecários devem buscar engajar-se também na produção de REA e colocá-los à disposição de sua comunidade usuária, bem como, de seus pares. Portanto, a intenção é evidenciar que os bibliotecários também operam como produtores de conhecimento e não somente realizam a curadoria do conhecimento produzido por outrem.

3 METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa bibliográfica nas bases SciELO, BRAPCI e LISA nos idiomas português, espanhol e inglês, na qual recuperou-se 312 documentos sobre REA, contudo apenas 48 artigos relacionados ao uso de REA nos processos educativos e sua interface com bibliotecas foram selecionados para leitura e investigação.

Em uma segunda etapa, realizou-se pesquisa documental no site do Planalto e do Ministério da Educação que se relacionassem com REA. Nesta linha, foram recuperados 2 normativos³. O primeiro define os critérios e procedimentos para a recepção, avaliação e distribuição REA para a educação básica em programas nacionais e o segundo fixa que os autores de cursos ingressantes no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) devem licenciar seus conteúdos como REA e com licenças abertas.

Em maio de 2020, realizou-se o inventário de todas as instituições federais de ensino superior do Brasil registradas no sistema Emec. Cujos repositórios, quando existentes, foram examinados para verificar-se a existência do termo “Recurso Educacional Aberto” indexado como fonte de informação, categoria ou comunidade em seus catálogos.

Por fim, foram coletados dados empíricos por meio de um questionário aplicado com bibliotecários gestores das bibliotecas universitárias públicas e privadas que atendem aos cursos de Medicina e Biomedicina no Brasil e unidades de informação de institutos de pesquisa, cujos bibliotecários integram o grupo “BACS - Bibliotecários Avaliadores em Ciências da Saúde” do Facebook.

² <https://www.bibliotecariodesaude.com.br/sobre>

³ Portaria MEC nº 451, de 16 de maio de 2018 e Portaria CAPES nº 183 de 21 de outubro de 2016.

Nesta etapa foram aplicados métodos qualitativos e quantitativos para avaliação dos dados. O questionário foi estruturado na ferramenta de formulários do Google, com 17 questões, alternando entre perguntas fechadas e abertas. O formulário foi enviado para 170 endereços de e-mail das bibliotecas e dos bibliotecários e, também, disposto no mural do grupo BACS - Bibliotecários Avaliadores em Ciências da Saúde entre os dias 14/09 e 05/10/2020.

Foi obtido retorno de 18 contas de e-mails institucionais desativadas e um total de 31 respostas foram atribuídas ao questionário.

Cumprir informar que o trabalho relatado nesta comunicação está subordinado a projeto de pesquisa aprovado pelo parecer nº 4.648.127 do Comitê de Ética da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e pode ser consultado na plataforma Brasil do Conselho Nacional de Saúde.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do que foi explorado nos repositórios das 120 Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil, verificou-se que apenas 12,5% (15) possuem algum tipo de REA classificado sem que haja um consenso quanto ao termo adotado para nomeá-lo e/ou uma categorização padrão para esses recursos dentro dos acervos em que aparecem.

Observou-se que 35.7% dos bibliotecários participantes trabalham em bibliotecas universitárias de saúde, 28.6% atuam em bibliotecas hospitalares e pouco mais de 21% deles está atrelado a instituições distintas vinculadas ao serviço público. As duas menores parcelas dos respondentes possuem o mesmo percentual de 7.1%, atuando, respectivamente, na Secretaria Estadual de Saúde e em institutos de pesquisa.

Em seguida, foi questionado aos respondentes se já haviam tido contato com o termo REA em sua prática profissional. Desta forma, 74,2% dos participantes afirmaram que sim e 25,8% negou ter tido contato com o termo.

Tendo apresentado a definição conferida aos Recursos Educacionais Abertos pela UNESCO e pela Portaria do MEC que trata do tema, indagou-se os respondentes quanto à existência e indexação destes recursos nos acervos custodiados e gerenciados em suas instituições. Neste sentido, 83,9% responderam que há REA em seus acervos e 16,1% afirmaram que não.

Posteriormente, indagou-se os respondentes sobre os tipos de materiais classificados como REA e disponibilizados nas coleções gerenciadas. Sendo assim, verifica-se que a maioria dos REA disponibilizados nas instituições consultadas são, respectivamente: materiais de treinamentos (13,9%), manuais (11,5%), videoaulas (10,7%) e palestras (9%). As demais opções aparecem com menor frequência.

Em 76,9% dos casos verificados é o bibliotecário o profissional responsável pela indexação e arquivamento dos REA nos catálogos e repositórios, em 7,7% é de responsável do Centro de Educação a Distância, em 7,7% a responsabilidade é do autor e em 7,7% não há responsável específico pela indexação e arquivamento.

Os REA são disponibilizados em sua maioria, 45,9% direcionados tanto ao público interno quanto externo da instituição. Havendo um direcionamento, ao público interno, verifica-se 24,3% para discentes, 21,6% para docentes, 2,7% residentes internos e membros do corpo clínico da casa e/ou de instituições conveniadas.

No que se refere ao licenciamento dos recursos 54,6% declarou que os deixa em acesso aberto com *download* permitido ou, em alguns casos, com permissão livre para reutilização, 36,4% dos participantes responderam que, embora estejam em acesso aberto, as práticas de *download* e reuso são completamente restritas ou são liberadas apenas para a um grupo específico de usuários. Apenas 4,5% dos respondentes alegaram que as condições de disponibilização dependem do licenciamento adotado pelos autores na produção dos recursos ou que o acesso é aberto, mas o *download* e o reuso são restritos a membros da instituição ou funcionários de organizações conveniadas.

60% dos bibliotecários consultados consideram parcialmente possuir o conhecimento adequado para utilizar e compartilhar REA, cerca de 26,7% acreditam ter o conhecimento completamente adequado e 13,3% deles alega não possuir. Quando questionados especificamente se consideram-se aptos a criar REA para serem depositados em seus acervos, 66,7% consideraram que possui a aptidão necessária para a criação dos REA e 33,3% responderam de forma negativa.

Também foi questionado sobre a relevância atribuída por eles ao desenvolvimento do conhecimento e autonomia de aprendizagem dos seus usuários a partir da utilização de REA. Nesta linha, 57,1% dos respondentes alegaram haver à muita relevância, 35,7% declararam que há relevância e 7,1% apontaram que existe ao menos um pouco de relevância.

5 Considerações Finais

A revisão de literatura permitiu apresentar brevemente a contextualização dos REAs com as bibliotecas e como estes enquadram-se como fonte de informação e recurso da biblioteca, bem como, o nível de compreensão dos bibliotecários que atuam na área de Medicina e Biomedicina produzem, gerenciam, armazenam e difundem o uso de REAs em suas instituições.

Verificou-se a necessidade de se ampliar a promoção de REAs nas unidades de informação em saúde, através de um esclarecimento acerca do papel que cumprem em prol da educação aberta em nosso país e no mundo. Além disso, considera-se que este tema deve ser ampliado e tratado com mais ênfase nas grades curriculares dos cursos de Biblioteconomia, quer seja apresentado como Tópicos Especiais, nas disciplinas de Competência em Informação e outrossim, nas disciplinas de Fontes, entre outras. Este é um debate sugerido para estudos posteriores.

É necessário que os bibliotecários saibam quais as características destes recursos e seu potencial para aumentar o acesso a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Entende-se que essa compreensão adequada permitirá o melhor delineamento de estratégias para busca, análise, indexação e disseminação destes recursos a comunidade usuária. Em paralelo é importante que os bibliotecários atuem juntos aos produtores dos recursos, os capacitando a adotar boas práticas de licenciamento e design instrucional. Isto posto é preciso atuar em iniciativas de promoção da competência em informação de quem produz, dissemina e usa tais recursos. Por exemplo, as capacitações em programas de residência médica que produzem diferentes tipos de conhecimento que podem ser manifestados sob o formato de REAs.

Os bibliotecários brasileiros se engajaram, sobremaneira, no movimento do acesso aberto, mas estes esforços não refletiram nas iniciativas envolvendo produção, uso e disseminação de REA (PRUDENCIO; BERNARDI; BIOLCHINI, 2020). Defende-se, portanto, que os bibliotecários brasileiros precisam tomar para si a tarefa de atuarem como protagonistas na história da educação aberta, que ainda está em desenvolvimento. Para tanto, precisam aproximar-se do tema, estudá-lo e desenvolver competências relacionadas à localização de REA, descrição, avaliação de licenças, implementação de estratégias e programas para preservação, bem como, práticas de armazenamento, organização, controle de versão etc.

dos REA. Entretanto, é urgente que primeiro estes bibliotecários desenvolvam conhecimentos e práticas relacionadas, para posteriormente engajarem-se em iniciativas de difusão.

Reforça-se a importância que os bibliotecários desenvolvam seus processos de formação continuada, troquem experiências e socializem seus conhecimentos e práticas, tanto em conhecimento explícito, quanto em práticas de conhecimento tácito.

Como contribuição empírica, as autoras estão desenvolvendo um Mapa de Trilhas de aprendizagem para que bibliotecários de Ciências da Saúde que já atuam em práticas abertas e, quiçá, a elaboração de uma agenda pública de utilização e promoção de REA em bibliotecas. Espera-se a publicação do material em dezembro de 2021.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria da Conceição Lima. *et al.* Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE): tratamento da informação em um repositório educacional digital. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 148-158, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362011000300009>.

AMIÉL, T.; OREY, M.; WEST, R. Recursos Educacionais Abertos (REA): modelos para localização e adaptação. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 12, p. 112–125, 2010. DOI: 10.20396/etd.v12i0.1206. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1206>. Acesso em: 19 maio 2021.

ASAY, Paul. **Free electronic resource classification rating**. Cunningham memorial library, Indiana – EUA, 2011. Disponível em: <http://library.indstate.edu/tools/freeschema/rating.html>. Acesso em: 6 jun. 2021.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (United States of America). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. [s.l]: American Library Association, 2015. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 5 jun. 2021.

BLISS, T. J.; SMITH, M. Brief History of Open Educational Resources. In: JHANGIANI, R. S.; BISWAS-DIENER, R. **Open: The Philosophy and Practices that are Revolutionizing Education and Science**. London: Ubiquity Press, p. 9–27, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5334/bbc.b>. Acesso em: 5 jun. 2021.

BÖRJESSION, Anne; FORSBERG, Åsa. Case study: Open educational resources in information literacy. In: IMSCI '08: International Mult-Conference on Society, Cybernetics and Informatics, 2 ed. **Int Inst Informatics & Systemics**, vol. 1, p. 234-235, 2008. Disponível em: <http://www.iis.org/>. Acesso em: 6 jun. 2021.

DRUZIANI, C. F. M.; KERN, V. M.; CATAPAN, A. H. A gestão e a engenharia do conhecimento aliadas na modelagem do conhecimento: análise sistêmica cesm e contextual commonkads de um repositório na web. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [s.l], v. 2, n. 1, p. 194-217, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/12543>. Acesso em: 6 jun. 2021.

GLOSSARY of Library & Information Science. In: **Librarianship studies and information technology**, [s.l], 4 abr. 2020. Disponível em:

<https://www.librarianshipstudies.com/2015/04/glossary-of-library-information-science.html>. Acesso em: 5 jun. 2021.

KLEYMEER, P.; KLEINMAN, M.; HANSEE, T. Reaching the Heart of the University: Libraries and the Future of OER. **Open Education Conference**. Barcelona, 2010. Disponível em:

<http://deepblue.lib.umich.edu/handle/2027.42/78006>. Acesso em: 5 jun. 2021.

MUSTARO, P. N.; SILVEIRA, I. F.; OMAR, N.; STUMP, S. M. D. Structure of storyboard for interactive learning objects development. In: KOOHANG, A.; KEITH H. (org.). **Learning Objects and Instructional Design**. 1 ed. Santa Rosa, California: Informing Science Press, 2007. v. 3, p. 253-280.

UNESCO. OER Declaration. **Congresso Mundial sobre Recursos Educacionais Abertos (REA)**, Paris, 1, 2012. Disponível em:

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/WPFD2009/Portuguese_Declaration.html. Acesso em: 6 jun. 2021.

PRUDENCIO, Dayanne da Silva. **Trilhas de aprendizagem dos bibliotecários de ciências da saúde à luz da aprendizagem situada**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ. Rio de Janeiro, 2019.

PRUDENCIO, D. S.; BERNARDI, G.; BIOLCHINI, J. C. A. As contribuições dos recursos educacionais abertos para a promoção da competência em informação no campo da saúde.

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [s.l], v. 16, p. 1-28, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/1393/1222>. Acesso em: 6 jun. 2021.

SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; DE LUCA PRETTO, Nelson. **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <https://livrorea.aberta.org.br/wp-content/uploads/2012/05/REA-pretto.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

STACHOKAS, George. A new classification system for free electronic resources. **Serials Review**, [s.l], v. 38, p. 12-16, 2012. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00987913.2012.10765413>. Acesso em: 20 abr. 2020.

TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach; RODRIGUES, Alessandra Pereira; SCHMITT, Marcelo Augusto Rauh. Integração do MOODLE com Repositórios Abertos. **Perspectivas em Ciência**

da Informação, v.18, n.1, p.66-85, jan./mar. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/5LkrQ6LC75m6rdPgsYyqrbw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em : 22 fev. 2021.